



Justiça técnica, injustiça social: o caso Vieira/Novo Banco e a impunidade sofisticada

Publicado em 2026-02-14 15:12:14



BOX DE FACTOS

- O Supremo Tribunal de Justiça confirmou a derrota do Novo Banco no litígio com Luís Filipe Vieira sobre cerca de 160 milhões de euros.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

- O banco ficou accionista de sociedades apontadas na cobertura noticiosa como sem valor económico relevante.
- O choque cívico nasce da distância entre legalidade formal, justiça percebida e responsabilização efectiva de decisões ruinosas.
- A questão central não é só jurídica: é também de governação bancária, supervisão e ética pública.

Justiça técnica, injustiça social

Em Portugal, por vezes, o dinheiro desaparece na vida real e reaparece no papel como “risco contratual materializado”. A legalidade fecha a pasta; o país fica com a factura.

Há uma habilidade nacional que deveria envergonhar-nos: transformar desastres financeiros em linguagem técnica polida. O caso Luís Filipe Vieira/Novo Banco é mais um capítulo dessa liturgia. O Supremo confirmou a linha das

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A decisão pode ser juridicamente consistente no quadro dos contratos assinados. Mas consistência formal não é sinónimo de justiça material. Quando centenas de milhões acabam dissolvidos em engenharia contratual, o cidadão comum conclui o óbvio: há um sistema a funcionar muito bem para proteger decisões más e muito mal para proteger o interesse colectivo.

Não é só tribunal: é arquitectura

O erro público começa muito antes do acórdão. Começa no desenho dos instrumentos, na concessão de risco, na supervisão, na complacência institucional. Quando tudo corre mal, entra a fase forense: anos de recursos, tecnicismo, e no final o país descobre que “era mesmo assim”.

E aqui está a fractura moral da democracia: **legalidade sem responsabilização robusta gera ressentimento cívico**. O cidadão não discute apenas cláusulas; discute decência pública.

Cronologia sintética da dívida e do litígio

- **Exposição financeira:** cerca de 160 milhões de euros ligados a sociedades associadas a Luís Filipe Vieira, segundo a cobertura noticiosa.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

- **1.ª Instância e Relação:** decisões desfavoráveis ao Novo Banco, aceitando que o risco contratado se concretizou.
- **Recurso para o STJ:** manutenção da derrota do banco e consolidação do entendimento judicial anterior.
- **Efeito prático reportado:** banco accionista de sociedades descritas como sem valor, sem recuperação efectiva do montante em causa.

A pergunta que fica

Quem decide operações desta dimensão com risco assimétrico e consequências sistémicas, pode continuar a atravessar décadas sem custo pessoal relevante? Se a resposta for “sim”, então não estamos apenas perante falhas de mercado. Estamos perante **uma pedagogia pública da impunidade.**

O país não aguenta mais este teatro: perdas privadas transformadas em fatalismo técnico, responsabilidades dispersas até à invisibilidade, e o cidadão final a pagar com menos crédito, menos confiança e menos futuro.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

zero euros (14/02/2026).

- PÚBLICO — *Supremo Tribunal de Justiça dá razão a Luís Filipe Vieira contra Novo Banco (14/02/2026).*
- ECO — *Novobanco recorre para o Supremo contra Luís Filipe Vieira para limitar perdas de 160 milhões (14/01/2026).*
- ECO — *Luís Filipe Vieira livre de dívida de 160 milhões de euros ao Novobanco (08/11/2024).*
- Jornal Económico — *peça sobre decisão de 1.^a instância relativa ao diferendo da dívida/VMOC (08/11/2024).*
- DN — *revista de imprensa sobre avanço do recurso para o Supremo (14/01/2026).*

Leituras de enquadramento (governança, banca e responsabilização)

- **Banco de Portugal** — Relatórios de Supervisão e Estabilidade Financeira (metodologias de risco e governação).
- **BCE / SSM** — Guias de gestão de risco bancário e governação interna.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

confiança institucional.

- **Tribunais portugueses (jurisprudência)** —
acórdãos sobre litígios financeiros e interpretação
contratual.

Francisco Gonçalves · Coautoria editorial com **Augustus Veritas**

Fragmentos do Caos — Crónica de intervenção cívica sobre
justiça económica e responsabilidade pública.

 [GitHub Pages](#)

 [CodeBerg Pages](#)



Fragmentos do Caos: [Blogue](#) · [Ebooks](#) · [Carrossel](#)

 Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)